

A TEORIA DO CAPITAL HUMANO: REVISITANDO CONCEITOS

Vanessa Carla Kelnar¹ (G), UNESPAR/FECILCAM,
cvanessak@yahoo.com.br

Janete Leige Lopes (OR), UNESPAR/FECILCAM,
j_llopes@yahoo.com.br

Rosangela Maria Pontili (CO-OR), UNESPAR/FECILCAM,
rpontili@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da história o capital humano vem sendo moldado de acordo com as necessidades de cada período, com o surgimento do capitalismo ganha extrema importância. No século XVII com Smith (1996) o capital humano assume a forma de fator de produção e passa a ser objeto de debate e estudo posterior de vários filósofos que o enxergam sob diferentes perspectivas.

Em 1890 Marshall fala sobre o tema e diz que qualidades e habilidades são capital humano e é uma responsabilidade do estado e dos pais incentivar e investir em educação, ainda no século XIX Marx faz uma análise sobre capital humano com uma visão bastante diferenciada, e propõe o comunismo como solução para as desigualdades sociais, mas, é a partir de 1950 com Schultz que a Teoria do Capital Humano é formalizada. Schultz coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passam a ser uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade. A partir de então, diversos pesquisadores passam a mostrar a importância do capital humano para o crescimento econômico, e qual sua relação com a educação e renda.

Alguns teóricos defendem o conhecimento com foco na função, há os que analisam o custo-benefício de investir em qualificação, e os que colocam sob o Estado a incumbência de melhorar a qualidade da educação, porém, nota-se uma igualdade de opiniões em que o caminho para o desenvolvimento da nação, o aumento da renda e o bem estar do trabalhador está fortemente amarrado ao nível de conhecimento individual.

O crescimento econômico também é abordado como resultado de investimentos e melhorias no fator humano, pois muitos estudiosos defendem que só há desenvolvimento quando este trouxer benefícios diretos aos seres humanos e não apenas aumentos na quantidade produzida por uma nação.

Este estudo pretende abordar o capital humano através de um breve levantamento histórico, trata-se de uma revisão de literatura a partir de bibliografias publicadas sobre o tema.

¹ Bolsista do projeto “REGIÃO UNESPAR”: Um mapa da inserção no mercado de trabalho a partir da relação com o nível de escolaridade e a renda, apoiado pela Fundação Araucária .



Em especial procurar-se-á destacar a relação capital humano x escolaridade e renda e examinar a influência do capital humano sobre o crescimento econômico das nações.

AS ORIGENS DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO

Indícios sobre o capital humano surgem no séc. XVII com Charles Davenant, que reconhece a importância do homem para o país. “*Os corpos dos homens são, sem dúvida, o mais valioso tesouro de um país*”, disse Davenant, no século XVII;”(MARSHALL, 1890, p.504). Davenant aborda o capital humano com olhos para os interesses mercantilistas, mas, é inegável o reconhecimento da importância da mão de obra humana.

Em 1776, Adam Smith discorre sobre o tema quando escreve “*A Riqueza das Nações*”, sem utilizar o termo ele se aproxima do que futuramente passaria a compor a teoria do capital humano. Em seu estudo Smith (1996) cita que,

O esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, quando sofrido para exercer-se com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda, não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstaculiza seus atos. (SMITH, 1776, p.49)

Para Smith (1996) a iniciativa de melhorar a condição do indivíduo o faz prosperar, porém é uma iniciativa individual, isto porque Smith admite poucas funções ao estado. Suas ideias permanecem no processo de divisão do trabalho e livre mercado. Descreve uma fábrica de alfinetes para mostrar que a divisão do trabalho aumenta a quantidade produzida e facilita a produção economizando tempo e simplificando as funções desempenhadas por cada trabalhador. Para Smith (1996), empregos, mão de obra e capital devem manter-se em equilíbrio para não gerar desigualdade, e uma sociedade em perfeita liberdade faz com que cada um escolha a profissão que considerar conveniente de acordo com seu interesse. Há uma mão-invisível que organiza e equilibra o comportamento da oferta e demanda de empregos e mão de obra.

Alfred Marshall (1890) também falou sobre capital humano. Em “*Principles of Economics*”, disse que “*toda riqueza consiste de coisas desejáveis*” e dividiu a riqueza em bens materiais e imateriais. Os bens imateriais são qualidades e habilidades, portanto, qualidades e habilidades são capital humano. Quando o trabalhador adquire conhecimento torna-se mais confiante na execução de suas tarefas. Para ele a falta de oportunidade entre as crianças da classe trabalhadora impedia o descobrimento de novos “gênios” capazes de contribuir para o desenvolvimento da riqueza nacional. Marshall (1890) considera a educação uma responsabilidade do estado e dos pais, aos pais cabe a missão de conscientizar-se dos benefícios do conhecimento, incentivar e investir parcela de seus



ganhos na educação dos filhos. O Estado não deve medir os resultados isoladamente, pois se entre um grande número de crianças uma se destacar e contribuir para a sociedade já valerá o investimento feito em massa.

Já no século XIX, Marx (1867) analisa o Capital Humano com uma visão diferenciada, e propõe o comunismo como solução para as desigualdades sociais. Marx (1867) faz duras críticas a Smith, para ele a divisão do trabalho é o método utilizado pela classe dominante – proprietários dos meios de produção – para potencializar a exploração da força de trabalho assalariada e expandir o capital da classe burguesa. Com a divisão do trabalho, o trabalhador não produz mais uma mercadoria até o final e isto facilita a manipulação de mão de obra pelo capitalista. As colocações de Smith sobre oferta e demanda de mão de obra para equilibrar oscilações, são para Marx (1867) muito superficiais, não passam de ideologias interesseiras colocadas pela classe burguesa. Também admite que:

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. (MARX, 1867, p. 289)

Marx (1867) entende que é necessário o investimento em educação para se alterarem as relações sociais. Os trabalhadores devem investir em educação para adquirir capacidade de serem os formadores do estado.

No decorrer do tempo o capital humano foi objeto de debates em vários países, devido seu impacto nos processos sociais e econômicos. E a partir de 1950, com o fim da segunda guerra mundial o mundo se volta para a organização econômica e social. É em um grupo de estudos da Universidade de Chicago coordenado por Theodore Schultz, com Gary Becker e Jacob Mincer que ocorre o marco da Teoria do Capital Humano e o rejuvenescimento da educação como elemento importante dentro deste processo.

É através de Theodore Schultz, professor de Economia da Educação, especialista em economia agrária que se formaliza a Teoria do Capital Humano. Foi considerado o formulador da ideia por suas colocações sobre o fator humano e em 1979 foi engrandecido pelo premio Nobel em Economia. Schultz coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passam a ser uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade. Schultz diz que,

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais

rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença. (SCHULTZ, 1973, p.31)

Quando Schultz (1973) cita que “*os aumentos ocorridos na produção nacional*” têm ligação com o investimento em capital humano, automaticamente a educação passa a ser valorizada como um elemento de investimento e importante no processo de desenvolvimento da nação. Cabe agora ao estado investir e possibilitar aos trabalhadores o acesso à educação. Em 1776, Smith colocou que emprego, mão de obra e capital devem estar equilibrados para não gerarem desigualdade. Schultz (1967) dá ao fator mão de obra um peso maior, pois o indivíduo que investir em conhecimento passa a ter maiores rendimentos e ascensão social. Os proprietários do capital humano são os trabalhadores, estes não podem se separar de suas habilidades e quanto mais conhecimento adquirirem melhor será a produtividade. O trabalhador passa a investir em educação na expectativa de retornos, educação transforma-se em produto negociável. Para que a educação resulte em crescimento econômico Schultz expressa que os investimentos devem ser de boa qualidade e corretos. (SCHULTZ, 1967, p. 43).

Com o conceito de capital humano formalizado por Schultz a educação passa a ser imprescindível no contexto econômico. Gary Becker discutiu sobre o tema, e em 1964 publicou “*Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*”, em 1992 foi condecorado com o prêmio Nobel por suas contribuições sobre os aspectos do comportamento humano. Com uma visão mais sistemática, Becker analisou o custo-benefício das atividades que aumentam a produtividade. Para Becker (2007) o investimento em educação contribui para o crescimento econômico, melhora os rendimentos individuais e tem efeito positivo sobre a saúde e a formação das famílias. É importante que o governo tenha planos que estendam a educação a todos, e que esta educação seja de qualidade. (Becker, 2007, p. 35)

Jacob Mincer explorou o Capital humano num panorama econométrico, foi o formulador da “função salário do capital humano”. Seus estudos foram fundamentais para analisar as taxas de retorno dos investimentos em educação, apurou que a distribuição entre os rendimentos nas diferentes atividades está diretamente ligada ao incentivo de capital humano disposto nelas. Sua função aprimorou a análise do período de tempo de trabalho que o ser humano leva para atingir suas metas, as diferenças salariais são encontradas no número de anos investidos em escolaridade.

A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL HUMANO, EDUCAÇÃO E RENDA

Mesmo sob diferentes propósitos, para a grande maioria dos estudiosos, a educação é colocada como o alicerce para o desenvolvimento das nações e a solução para as diferenças sociais.



Testemunha-se um constante movimento de conceitos sobre o capital humano, do controle pelo estado no mercantilismo, passando pela transformação em mercadoria no período clássico, e chegando ao conceito modernizado e formalizado por Schultz, a capacitação do indivíduo é primordial. Hoje investir em programas de educação é fundamental para combater as desigualdades sociais e melhorar as condições de países menos desenvolvidos. Raramente pode-se encontrar entre os homens uma unanimidade tão clara quanto a que existe sobre a importância da educação (escolaridade) para melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Há muitos anos os pesquisadores tem se preocupado com o relacionamento entre estas variáveis – escolaridade e bem-estar social. Já em 1740 David Hume, em seu estudo sobre “*A Treatise of Human Nature*”, perguntava o que aconteceria se, através de desastres naturais ou guerra o equipamento físico da Inglaterra fosse destruído, mas permanecesse intacto o seu material humano e sua tradição de cultura. Para Hume os efeitos não seriam particularmente danosos, pois depois de algum tempo a civilização seria reconstruída podendo inclusive, ser ainda mais próspera do que antes da destruição devido à capacidade de invenção e imaginação do inerente ao ser humano. Se, entretanto, ocorresse o contrário, o capital humano fosse destruído em vez do capital físico então, a civilização da Inglaterra retornaria a idade da pedra. O texto de Hume deixa evidente a importância do fenômeno cultural e educacional no processo de desenvolvimento.

Durante um longo período de tempo, e sem uma explicação plausível, orientou-se os ganhos de uma nação e, portanto, o desenvolvimento desta, muito mais no sentido da ênfase sobre o capital financeiro e físico do que sobre os aspectos da formação do homem.

Smith (1988) embora não demonstrasse qualquer preconceito acerca das habilidades humanas, não as incorporou em seu núcleo formal de pesquisa. Postura semelhante também se observou em Marshall (1988) que embora reconhecendo o significado da expressão “capital humano” relutou em utilizá-la em seus estudos. A postura de Marshall foi determinante para dificultar a popularização do conceito não só entre os estudiosos de economia como também dos pedagogos. Apesar de Smith e Marshall, Von Thunen não só utiliza e aplica o conceito de capital humano como também procura esclarecer que o preconceito não faz sentido, pois tal conceito “não denigre nem reduz” a liberdade do homem.

De acordo com Schultz (1967) os economistas não consideravam que aumentos de produtividade e elevação dos lucros da empresa poderiam derivar de uma elevação no nível de instrução dos indivíduos, em função disso, estes não atribuíam importância necessária ao estudo da educação. O autor comentou que, muitos estudiosos da teoria econômica achavam inadmissível considerar os investimentos em seres humanos parte integrante dos ganhos de capital de uma nação e em trabalho subsequente Schultz (1975) refletiu sobre a importância do processo educacional na



habilitação do homem para enfrentar os desequilíbrios econômicos e sociais, frequentes numa sociedade moderna.

Solow (1957) tem focalizado a importância da educação para o crescimento econômico. Para o autor o crescimento da renda de uma nação é resultado de três fatores: o aumento no seu estoque de capital físico, o aumento de sua força de trabalho e um residual representando outros fatores. Este residual foi denominado por Solow de “progresso tecnológico” e notou que aumentos no nível de educação foram um dos fatores que contribuiu para o crescimento econômico.

Griliches (1957, 1960) também destacou a importância da tecnologia e do capital humano como fontes propulsoras do crescimento econômico. Desde seu estudo clássico sobre milho híbrido, Griliches (1957) tem dedicado especial atenção ao processo de difusão de uma inovação tecnológica e o seu relacionamento com o capital humano. Para Griliches (1960), a aceitação da nova variedade depende não só dos ganhos de produtividade e, portanto, de rentabilidade que esta nova variedade permitia, mas, também, do entendimento do agricultor de que esta nova tecnologia é melhor do que aquela que está posta. Nesse caso, comenta Griliches (1957), o grau de aceitação vai depender do nível de educação do indivíduo. Para o autor, é o nível de escolaridade que faz com que as pessoas entendam, aceitem e difundam mais rapidamente uma nova tecnologia.

Usando um modelo básico Denison (1982) estimou que entre 1929 e 1982 o aumento no nível de educação foi responsável por 16% do crescimento potencial do produto.

Romer (1986) ao analisar o aumento no crescimento econômico das nações incorporou em sua teoria, o conceito do capital humano como um dos determinantes deste crescimento.

Murname et. Al. (1995) destacou a importância do capital humano, para o autor este é o fator principal na determinação da taxa de crescimento e do bem estar de um país. Muitos estudiosos tem enfatizado a qualidade da educação como determinante dos salários e dos ganhos de produtividade dos indivíduos.

Mais recentemente Jorgenson e Stiroh (2000) ao realizarem um estudo para o período de 1959 a 1998, mostraram que o percentual de contribuição da educação para o crescimento econômico foi de 8,7% e que o produto per capita cresceu 13%.

Trabalho semelhante foi desenvolvido por Dickens, Sawhill e Tebbs (2006), neste estudo os autores também verificaram a contribuição da educação para o crescimento econômico e concluíram que os programas de longo prazo exercem um forte impacto no crescimento econômico.

Para a Teoria do Capital Humano, a educação tem influência determinante na renda do trabalhador. Ela melhora as habilidades e conseqüentemente a produtividade, o resultado pode ser observado no aumento de sua renda. A distribuição de renda é sempre analisada e subordinada à diferentes conclusões. Drucker (2001) diz que atualmente os empregos exigem mais conhecimento dos

trabalhadores, e que os mesmos para se manterem empregados devem estar em um processo de aprendizado contínuo, a ascensão de classe e melhoria na renda são para Drucker um desafio.

Nurske (1957) argumentou que investimentos isolados, como incentivos governamentais através de redução tributária e melhorias na infraestrutura são insuficientes para combater a má distribuição de renda. Para ele o aumento na produtividade e a redução dos custos de produção aumentarão os lucros, conseqüentemente os salários e o consumo. Para Nurske este processo gera crescimento econômico e rompe com o círculo vicioso da pobreza.

Outra questão discutida por Drucker (2001) diz respeito à prioridade da instrução de alto nível, equipar os jovens para que possam atuar e sejam empregáveis. A educação numa sociedade de conhecimento deve ser de “conhecimento de processos” e a escola é instituição social essencial neste processo. Para Drucker os indivíduos devem ser treinados para permanecerem em contato com o aprendizado, porque as áreas de conhecimento estão em constante mudança.

As empresas desempenham um papel de extrema importância no processo de aperfeiçoamento do capital humano. E é através da Teoria do Capital Humano que surgem novos fundamentos para complementar e/ou facilitar o funcionamento do mercado de trabalho. Surge a teoria do mercado dual (ou segmentado) de trabalho, há muitas publicações sobre este tema, embora, observa-se que são complementos umas das outras sob diferentes ideologias. Trata-se de qualificar o trabalhador para o mercado de trabalho com foco na função desempenhada, a educação exerce um papel limitado neste contexto.

CAPITAL HUMANO x CRESCIMENTO ECONÔMICO

É fato que problemas sobre o crescimento econômico, a distribuição de renda e educação não são recentes. Smith no século XVII já indagava as desigualdades sociais, para ele o aumento na renda e a ascensão de classe estavam ligados ao poder de competitividade do trabalhador ao desenvolver suas habilidades, o pensamento de Smith é de que o indivíduo é responsável por seu crescimento. Ocorre que no percurso de aperfeiçoamento os trabalhadores encontram barreiras socioeconômicas para melhorar suas habilidades.

Porter (1947) diz que o governo deve ser criador de condições para o crescimento, que deve melhorar a educação e infraestrutura para impulsionar o país, e as empresas e instituições educacionais têm que responder a estes investimentos como principais impulsionadoras. Para Porter (1947) as empresas precisam de estratégias para obter vantagens no mercado, e investir em capital humano é uma vantagem durável. Porter (1947) é contra a rotatividade de trabalhadores nas empresas, para ele o empregado devem ser treinados e transferidos para novas funções, a fim de estimular novas ideias e habilidades. Continuação do pensamento de Porter (1947) é que para acelerar o processo de



crescimento econômico é necessário obter vantagens competitivas em recursos humanos como conhecimentos e habilidades constantemente aprimoradas. Também é necessário que estudantes recebam treinamento prático para terem participação significativa na economia, Porter (1947) diz que a ciência e tecnologia são importantes para o crescimento da economia.

Deve-se destacar que os primeiros estudos que ligam o investimento em educação, a melhor distribuição de renda e crescimento econômico iniciaram-se nas décadas de 1950 e 60 através do grupo de estudos de Schultz (1967), e há uma grande controvérsia no campo de pesquisas sobre a medida de influência da renda no crescimento econômico, os estudos versam entre a análise do ambiente microeconômico e macroeconômico, o crescimento está fortemente atrelado ao processo de desenvolvimento tecnológico e o fator humano é gerador de tecnologia e também deve estar preparado para aceitar e beneficiar-se das novas tecnologias.

Crescimento econômico é tema de destaque no século XX segundo Souza (1999), para ele as raízes teóricas e empíricas do crescimento econômico se originaram das crises econômicas. Souza (1999) diz que não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento e deve-se atentar para não confundir com crescimento. O crescimento é uma variação quantitativa do produto, já o desenvolvimento envolve avanço tecnológico com mudanças qualitativas na vida das pessoas.

Capital humano e crescimento econômico estão ligados por uma relação recíproca, pois crescimento econômico é para os seres humanos indício de avanço nas condições de vida e o progresso do capital humano é indispensável no processo de crescimento econômico.

Urani (2002) fala sobre os investimentos governamentais no combate a pobreza e destaca a importância da educação, saúde, empregos e previdência social como recursos primordiais para o crescimento econômico e mudanças no quadro social e destaca que é necessário o envolvimento da sociedade neste processo.

Para Nakabashi e Figueiredo (2005) o capital humano é criador de novas ideias, portanto, gerador de tecnologia e a tecnologia é uma forte determinante do crescimento econômico no longo prazo. Para o autor, o que determina o potencial do capital humano é o quanto seu trabalho está sujeito a inovações tecnológicas, quanto mais mudanças, mais valor tem o trabalho humano.

Na medida em que há maior qualificação do trabalhador por investimentos em educação, existe o aumento consequente da renda e ocorre o crescimento econômico. Quando o aumento da renda acontece em determinada região devido a investimentos em educação contribui para uma igualdade no sentido de equilibrar o crescimento econômico e reduzir as diferenças sociais entre os municípios.

Para Almeida e Barreto (2008) a desigualdade de renda regional deve ser combatida com políticas regionais que devem atuar na redistribuição de recursos, e o impulsionador do crescimento

econômico é a tecnologia, os municípios que têm dificuldades devem envolver-se com regiões mais desenvolvidas, para os autores a educação de qualidade é essencial para encorajar a produção, o investimento, a inovação e a difusão do conhecimento, com isto Almeida e Barreto (2008) defendem que uma cidade é dependente do seu entorno e estudos que analisam crescimento econômico devem levar em consideração este fato. Os autores constataram que o capital humano teve grande destaque no crescimento econômico dos municípios cearenses, pois os que mais cresceram foram os que mais possuíam capital humano capacitado.

Pereira (2008) fez um estudo sobre os investimentos governamentais em educação na região norte do Brasil no período 1994 – 2004 e destacou a importância da escolaridade para o crescimento econômico, pois nos estados com menor taxa de analfabetismo há maior desenvolvimento, o autor constatou que,

...a educação é um fator primordial e crucial para o crescimento econômico de longo prazo entre as regiões e estados, um aumento médio nos anos de escolaridade e nas desigualdades educacionais tende a reduzir o diferencial na distribuição de renda entre os habitantes e regiões, além de servir como fator de crescimento econômico da nação como um todo. (PEREIRA, 2008, p. 52)

Moura, Xavier e Silva (2011) em seus estudos sobre a Coreia do Sul observaram uma transformação no país resultante do sistema educacional moderno implantado pelo governo, onde a maioria dos coreanos almeja frequentar uma universidade de primeiro nível. Para eles, o capital físico, o capital humano e a tecnologia são as principais fontes de crescimento econômico. É a educação que torna possível o desenvolvimento tecnológico e conseqüentemente a produtividade e a qualidade da produção.

No âmbito destes pensamentos podemos dizer que a disseminação de novas ideias e tecnologias é o impulso para o crescimento econômico e que para que haja qualidade é necessário investimento em educação, para que juntamente com o desenvolvimento tecnológico e a acumulação de capital ocorra o melhor aproveitamento do capital humano e também a melhoria do nível de vida das pessoas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, pois a investigação é feita no ambiente natural e descreve fatos que ocorrem na realidade através do ponto de vista do pesquisador. É uma análise exploratória e específica sobre o capital humano através de outros trabalhos realizados e publicados.

Trata-se de comparar as transformações sobre a forma como o capital humano foi visto e como foi adquirindo importância ao longo da história. Pois, por não serem recentes os primeiros

estudos é interessante fazer uma abordagem sobre o que já foi trabalhado sobre o tema e comparar com a atualidade, o que realmente continua tendo importância e as diferentes abordagens sobre o assunto.

Os meios de investigação utilizados neste estudo foram pesquisas bibliográficas, pois as mesmas oferecem instrumentos que auxiliam no estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros e redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. O motivo pelo qual foi escolhido deve-se ao fato de o objeto de pesquisa ser essencial no contexto histórico e já trabalhado por vários estudiosos e filósofos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo fazer uma pesquisa sobre o tema capital humano com ênfase nas suas relações com o desenvolvimento econômico e a educação. Embora o capital humano seja objeto de extrema importância na atualidade ele é estudado há muito tempo, por isso foi necessário fazer um levantamento histórico para identificar suas origens, e acompanhando os processos econômicos através do tempo nota-se o capital humano moldando-se de acordo com as necessidades.

Observa-se que o capital humano está atrelado a educação, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, pois muitos estudos foram feitos considerando o tempo empregado em educação e o tipo de educação dispensada ao fator humano. O resultado da educação pode ser observado na renda do trabalhador e sua participação no processo de desenvolvimento econômico.

De acordo com Schultz (1963), a qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo.

No decorrer deste estudo observou que é importante a sociedade conscientizar-se do valor que o capital humano possui e unir-se com intuito de aperfeiçoá-lo e fazer com que o processo de desenvolvimento seja contínuo. É necessário que o Estado como força motriz estimule a qualificação tanto individual quanto coletiva. A sociedade civil deve monitorar o Estado e assumir o compromisso de receber e desempenhar corretamente sua função como fator fundamental no desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, R. C. S.; ALMEIDA, E. S.; A contribuição do capital humano para crescimento econômico e convergência espacial do PIB per capita no Ceará. IV Encontro – Economia do Ceará em Debate, 2008, http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/artigos_2008/1.pdf.
- BECKER, G. S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

- BIOGRAFIA DE GARY BECKER: MLA style: "Gary S. Becker - Facts". Nobelprize.org. Nobel Media AB 2013. Web. 29 Jul 2013. http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1992/becker-facts.html
- BIOGRAFIA DE THEODORE W. SCHULTZ: MLA style: "Theodore W. Schultz - Biographical". Nobelprize.org. Nobel Media AB 2013. Web. 29 Jul 2013. http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1979/schultz-bio.html
- BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). SAEB/2003. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>, acesso em 28/02/2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Pradime : Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF : Ministério da Educação, 2006. 176p. : il. – (Caderno de Textos ; v.1)
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO (MEC). Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), microdados (compact disc). Brasília 2003.
- COSTIN, C.; Desafios na qualidade do ensino no Brasil. Disponível em: <http://www.cbl.org.br/content.php?recid=3437> acesso em 10/04/2005.
- DENISON, D. R. The climate, culture and effectiveness of work organizations: a study of organizational behavior and financial performance. Michigan, 1982. Thesis (Doctoral) University of Michigan.
- DICKENS, W. T., SAWHILL, I., TEBBS, J. The effects of investing in early education on economic growth. The Brookings Institution. Washington. April 2006.
- DRUCKER, P. F.; 1909 – O melhor de Peter Drucker: a sociedade / Peter Drucker; tradução de Edite Sciulli – São Paulo: Nobel, 2001. Título original: The essential Drucker on society.
- GRILICHES, Z. Hybrid corn and the economics of innovation. Science, v.132, n.3, p.275-280, July 1960.
- GRILICHES, Z. Hybrid corn: an exploration in the economics of technological change. Econometrica, v.25, n.4, p.501-522, Oct. 1957.
- JORGENSEN, D. W., STIROT, K. J. "Raising the speed limit: U.S. Economics Growth in the Information Age". Brookings Papers on Economic Activity, n.1: p.125-235.
- KEELEY, B.; Capital Humano: cómo infuye em su vida lo que usted sabe; Publicado originalmente por la ocde en inglés con el título: oecd Insights Human Capital: How what you know shapes your life; 2007, Organisation for Economic Co-operation and Development (oecd), París; Ediciones Castillo, S.A. de C.V. Dirección editorial: Antonio Moreno Paniagua Traducción: Susana Moreno Parada D.R. Rufino Tamayo / Herederos / México / 2007. Fundación Olga y Rufino Tamayo, A.C.
- MACHADO, J. P.; Educação X Crescimento Econômico: Um estudo sobre os investimentos Governamentais em Educação na Região Norte do Brasil no período 1994 - 2004 – Palmas, TO: [UFT], 2008.
- MARSHAL. A. Princípios de Economia. Tradução Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARSCHALL, A.; Principles of Economics (8th ed.) [1890]; The Online Library of Liberty - A Project Of Liberty Fund, Inc. Site: http://files.libertyfund.org/files/1676/Marshall_0197_EBk_v6.0.pdf
- MARX, K.; O CAPITAL, VOLUME I e II Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe; Editora Nova Cultural Ltda.; 1996, Círculo do Livro Ltda. Títulos originais: Value, Price and Profit; Das Kapital - Kritik der Politischen konomie. Apresentação de autoria de Winston Fritsch.
- MINCER, J.; Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. Journal of Political Economy, 1958.
- PORTAL MEC <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/01Apresentacao.pdf>, acesso em 11/05/2006
- PORTER, M. E.; 1947 – A vantagem competitiva das nações / Michael E. Porter; tradução Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- ROMER, P.M. Increasing returns and long run growth. Journal of Political Economy, v.94, n.5, p.1002-1037, 1986.

- SAUL, R. P.; AS RAÍZES RENEGADAS DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO, Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez 2004, p. 230-273
- SCHULTZ, T. W. O valor econômico da educação. Trad. de P.S. Werneck. Rev. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SCHULTZ, T. W.. O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SCHULTZ, T. W. The value of the ability to deal with disequilibria. Economic Literature 13, p.827-46, Sep 1975.
- SMITH, A.; A RIQUEZA DAS NAÇÕES - INVESTIGAÇÃO SOBRE SUA NATUREZA E SUAS CAUSAS, Volume I e II; Ed. Nova Cultural, 1996, Círculo do Livro Ltda.; Título original: An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations; apresentação Winston Fritsch, p. 49.
- SMITH, A. A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas. vol. I e II, 3ª ed. Trad. Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural, 1988. 250 p.
- SOLOW, R.M. Technical change and the aggregate production function. Review of Economic and Statistics, v.39, n.1, p. 312-320, 1957.
- SOLOW, R.M. A contribution to the theory of economic growth. Quarterly Journal of Economics, v.70, p.65-94, 1957.
- SOUZA, N. de J.; 1948 – Desenvolvimento econômico / Nali de Jesus de Souza – 4º Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- TORQUATO, S.; Formação em economia e o mercado de trabalho : uma visão a partir da Teoria do Capital Humano e análise dos egressos do curso de Economia da UNESC./ Samanta Torquato ; orientador : Paulo de O. Frota. – Criciúma : Ed. do Autor, 2011. 24 f. : il. ; 30 cm. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2011.
- URANI, A.; BNDES, Desenvolvimento em Debate, Distribuição de Renda. Autores: Lavínia Davis Rangel Pessanha, André Urani e Carlos Aguiar de Medeiros. 12/2002 / http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ivro_debate/3-DistrRenda.pdf
- MOURA, C. F. L.; XAVIER, M. G. P.; SILVA, A. R. C.; As Fontes de Crescimento Econômico e uma Análise Empírica da Economia da Coreia do Sul; Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol. 9 - Nº 2 - jul/dez 2011.